

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022
e relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações contábeis regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	245,24
Tensão em kV:	500/138
Subestações próprias/acessadas:	2

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 60.795.201 (sessenta milhões, setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e um reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 51.140.774 (cinquenta e um milhões, cento e quarenta mil, setecentos e setenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 18,9%.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	38,11	41,57
• Liquidez corrente	7,41	4,32
• Relação patrimônio líquido/ativo	97,38%	97,59%
• Relação passivo não circulante/Ativo	0,01%	0,03%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,14%	9,38%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	12,37%	11,20%
Ativos totais – R\$	266.083	249.953
Lucro líquido do exercício – R\$	31.463	22.891

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos



Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que



valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

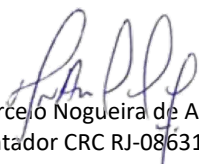
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.262	14.766
Concessionárias e permissionárias	8	5.540	5.330
Contas a receber - partes relacionadas	25	917	529
Estoques	9	3.874	3.847
Adiantamento a fornecedores		7	21
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	233	233
Outros impostos a recuperar	10	42	1
Outros ativos circulantes		<u>683</u>	<u>903</u>
		51.558	25.630
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		54	83
Imobilizado não vinculado à concessão	11	339	452
Imobilizado	11	212.724	222.383
Intangível	12	<u>1.408</u>	<u>1.405</u>
		214.525	224.323
Total do ativo		<u>266.083</u>	<u>249.953</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	681	539
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.031	1.198
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	549	428
Outros impostos a pagar	14	787	738
Taxas regulamentares	15	1.541	1.115
Dividendos propostos	18	315	188
Outros passivos circulantes	16	<u>2.058</u>	<u>1.705</u>
		6.962	5.911
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	17	-	82
Outros passivos não circulantes		<u>20</u>	<u>20</u>
		20	102
Patrimônio líquido	18		
Capital social		271.496	271.496
Reserva de Lucros		15.009	(191)
Reserva Legal		3.689	2.031
Prejuízo acumulado		<u>(31.093)</u>	<u>(29.396)</u>
		259.101	243.940
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>266.083</u>	<u>249.953</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	19	52.547	47.622
Custo da operação	20	<u>(18.350)</u>	<u>(17.508)</u>
Lucro bruto		34.197	30.114
Despesas gerais e administrativas	21	(4.040)	(2.635)
Outras (despesas)/receitas operacionais		<u>1.890</u>	<u>(150)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		32.047	27.329
Resultado financeiro	23	<u>2.579</u>	<u>(2.398)</u>
Receita financeira		2.863	15.063
Despesa financeira		(284)	(17.461)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>34.626</u>	<u>24.931</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	<u>(3.163)</u>	<u>(2.040)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>31.463</u>	<u>22.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	31.463	22.891
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>31.463</u>	<u>22.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	195.300	1.041	(3.814)	(32.486)	160.041
Aumento de Capital (nota explicativa 18)	76.196	-	-	-	76.196
Lucro do exercício	-	-	-	22.891	22.891
Constituição de reserva legal	-	990	-	(990)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	18.623	(18.623)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 18)	-	-	-	(188)	(188)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	271.496	2.031	(191)	(29.396)	243.940
Aumento de Capital (nota explicativa 18)	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	31.463	31.463
Constituição de reserva legal	-	1.658	-	(1.658)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	31.188	(31.188)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota explicativa 18)	-	-	-	(314)	(314)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(15.988)	-	(15.988)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	271.496	3.689	15.009	(31.093)	259.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		34.626	24.931
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações cambial sobre financiamentos		-	3.498
Depreciação e amortização		9.858	9.860
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(117)
Baixa de imobilizado e intangível	11/12	-	444
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	246	10
Provisão para contingência	17	(82)	8
Atualização monetária		-	-
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(456)	(557)
Contas a receber - partes relacionadas		(388)	237
Estoques		(27)	(88)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	796
Outros impostos a recuperar		(40)	(1)
Adiantamentos a fornecedores		14	364
Outros ativos		249	(175)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(25)	(737)
Tributos e contribuições sociais		1.700	771
Taxas regulamentares		425	(1.145)
Outros passivos		354	(2.192)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		46.454	35.907
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.472)	(1.176)
Outros impostos pagos		(2.221)	(1.553)
Juros pagos		-	(2.116)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		41.761	31.062
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11/12	(89)	(2.089)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(89)	(2.089)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos		-	(20.555)
Dividendos pagos	18	(16.176)	(15.000)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(16.176)	(35.555)
Aumento/ (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		25.496	(6.582)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.766	21.348
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.262	14.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia iniciou suas operações em 11 de abril de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km.
- (b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$17.000 (dezessete milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 47.328 (quarenta e sete milhões, trezentos e vinte oito mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 51.141 (cinquenta e um milhões, cento e quarenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 60.795 (sessenta milhões, setecentos e noventa e cinco mil) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 18,9%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,28%, relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e premissas

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 - Imobilizado e nota explicativa 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Perda para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em

aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o

impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		51.558	44.346	95.904	25.630	41.414	67.044
Caixa e equivalentes de caixa		40.262	-	40.262	14.766	-	14.766
Concessionárias e permissionárias		5.540	-	5.540	5.330	-	5.330
Contas a receber – partes relacionadas		917	-	917	529	-	529
Adiantamentos a fornecedores		7	-	7	21	-	21
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		233	-	233	233	-	233
Outros impostos a recuperar		42	-	42	1	-	1
Estoques		3.874	-	3.874	3.847	-	3.847
Ativo de contrato	a	-	44.346	44.346	-	41.414	41.414
Outros ativos circulantes		683	-	683	903	-	903
Ativo não circulante		214.525	25.190	239.715	224.323	26.998	251.321
Ativo de contrato	a	-	239.273	239.273	-	250.722	250.722
Outros ativos não circulantes		54	-	54	83	-	83
Intangível não vinculado à concessão		339	-	339	452	-	452
Imobilizado	b	212.724	(212.676)	48	222.383	(222.320)	63
Intangível	b	1.408	(1.407)	1	1.405	(1.404)	1
		266.083	69.536	335.619	249.953	68.412	318.365

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		6.962	-	6.962	5.911	-	5.911
Fornecedores terceiros		681	-	681	539	-	539
Fornecedores partes relacionadas		1.031	-	1.031	1.198	-	1.198
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		549	-	549	428	-	428
Outros impostos a pagar		787	-	787	738	-	738
Taxas regulamentares		1.541	-	1.541	1.115	-	1.115
Dividendos propostos		315	-	315	188	-	188
Outros passivos circulantes		2.058	-	2.058	1.705	-	1.705
Passivo não circulante		20	19.083	19.103	102	19.656	19.758
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	-	-	-
Provisão para contingências		-	-	-	82	-	82
Impostos diferidos	c	-	19.083	19.083	-	19.656	19.656
Outros passivos não circulantes		20	-	20	20	-	20
Patrimônio líquido		259.101	50.453	309.554	243.940	48.756	292.696
Capital social		271.496	-	271.496	271.496	-	271.496
Reserva de lucros	d/e	15.009	19.360	34.369	(191)	19.360	19.169
Reserva especial de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		3.689	-	3.689	2.031	-	2.031
Prejuízo acumulado	d/e	(31.093)	31.093	-	(29.396)	29.396	-
		266.083	69.536	335.619	249.953	68.412	318.365

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	52.547	(8.204)	44.343	47.622	(11.236)	36.386
Custo da operação	e	<u>(18.350)</u>	<u>9.640</u>	<u>(8.710)</u>	<u>(17.508)</u>	<u>7.787</u>	<u>(9.721)</u>
Lucro bruto		34.197	1.436	35.633	30.114	(3.449)	26.665
Despesas gerais e administrativas		(4.040)	-	(4.040)	(2.635)	-	(2.635)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>1.890</u>	<u>-</u>	<u>1.890</u>	<u>(150)</u>	<u>-</u>	<u>(150)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		32.047	1.436	33.483	27.329	(3.449)	23.880
Resultado financeiro		<u>2.579</u>	<u>-</u>	<u>2.579</u>	<u>(2.398)</u>	<u>-</u>	<u>(2.398)</u>
Receita financeira		2.863	-	2.863	15.063	-	15.063
Despesa financeira		<u>(284)</u>	<u>-</u>	<u>(284)</u>	<u>(17.461)</u>	<u>-</u>	<u>(17.461)</u>
Lucro antes dos impostos		34.626	1.436	36.062	24.931	(3.449)	21.482
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.163)	-	(3.163)	(2.040)	-	(2.040)
Imposto de renda e contribuição social diferido	c	<u>-</u>	<u>262</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>360</u>	<u>360</u>
Lucro líquido do exercício		<u>31.463</u>	<u>1.698</u>	<u>33.161</u>	<u>22.891</u>	<u>(3.089)</u>	<u>19.802</u>

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido societário	<u>309.554</u>	<u>292.696</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(283.619)	(292.136)
Imobilizado	212.676	222.320
Intangível	1.407	1.404
Impostos diferidos passivos	<u>19.083</u>	<u>19.656</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>259.101</u></u>	<u><u>243.940</u></u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>33.160</u>	<u>19.802</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(26.749)	(27.637)
Margem de construção	42.670	40.835
Outras receitas	(7.317)	408
PIS/COFINS Diferido	(311)	(426)
Depreciação regulatória	(9.728)	(9.731)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>(262)</u>	<u>(360)</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>31.463</u></u>	<u><u>22.891</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

b. Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

c. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

f. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas DFSs baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1
Banco	363	480
Aplicações financeiras (i)	39.899	14.285
	40.262	14.766

(i)A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à uma taxa média de 103,09% do CDI no exercício de 2022 e de 101,19% do CDI em 2021. A variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2022 em função principalmente de maiores receitas como o reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária) e apesar do pagamento de dividendos no exercício de 2022 ter sido maior, em 2021 foram quitados principal e juros dos empréstimos, o que justifica o saldo menor naquele ano.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	5.278	4.831
Vencidas até 30 dias	7	69
Vencidas até 60 dias	2	67
Vencidas até 90 dias	5	169
Vencidas até 120 dias	3	2
Vencidas até 180 dias	246	2
Vencidas há mais de 180 dias	280	225
	5.821	5.365
Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE)	(281)	(35)
	5.540	5.330

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCE deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCE julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCE:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(35)	(25)
Reversão	4	5
Adição	(250)	(15)
Saldo final	(281)	(35)

9 Estoque

	31/12/2022	31/12/2021
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>3.874</u>	<u>3.847</u>
	<u>3.874</u>	<u>3.847</u>

- (i) Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

10 Outros impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	84	84
CSLL	<u>149</u>	<u>149</u>
	<u>233</u>	<u>233</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a compensar (i)	<u>42</u>	<u>1</u>
	<u>42</u>	<u>1</u>

- (i) Variação refere-se créditos levantados através de uma análise de oportunidades de crédito previdenciário referente a salário maternidade que serão compensados ao longo de 2023.

11 Imobilizado

a. Mapa de movimentação do ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	322.668	-	-	10	322.678	10	(116.866)	205.812	215.525
Terrenos	116	-	-	-	116	-	-	116	116
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.299	-	-	-	18.299	-	(7.995)	10.304	10.944
Máquinas e equipamentos	304.110	-	-	10	304.120	10	(108.763)	195.357	204.418
Veículos	118	-	-	-	118	-	(92)	26	37
Móveis e utensílios	25	-	-	-	25	-	(16)	9	10
Administração	93	-	-	-	93	-	(59)	34	50
Máquinas e equipamentos	93	-	-	-	93	-	(59)	34	50
	322.761	-	-	10	322.771	10	(116.925)	205.846	215.575
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	6.794	80	-	(10)	6.864	70	-	6.864	6.794
Máquinas e equipamentos	541	10	-	(10)	541	-	-	541	541
Outros	6.253	70	-	-	6.323	70	-	6.323	6.253
Administração	14	-	-	-	14	-	-	14	14
Máquinas e equipamentos	14	-	-	-	14	-	-	14	14
	6.808	80	-	(10)	6.878	70	-	6.878	6.808
Ativo imobilizado	329.569	80	-	-	329.649	80	(116.925)	212.724	222.383
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.135	-	-	-	1.135	-	(796)	339	452
Ativo não vinculado	1.135	-	-	-	1.135	-	(796)	339	452

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	322.678	(116.866)	205.812	215.525
Administração	7,51%	93	(59)	34	50
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.135	(796)	339	452
		323.906	(117.721)	206.185	216.027

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e Utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Atividades não vinculadas à concessão do serv. Público de energia elétrica	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhado com a norma fiscal.

11.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	10
Móveis e Utensílios	6
Projetos - diversos	64
Total das adições	80

11.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
SISTEMA DE AR CONDICIONADO - UNIDADE EXTERNA E INTERNA SPLIT 36000	MAQUINAS E	
1. PT FRIO HITACHI PRIMAIRY	EQUIPAMENTOS	3
SISTEMA DE AR CONDICIONADO - UNIDADE EXTERNA E INTERNA SPLIT 36000	MAQUINAS E	
2. PT FRIO HITACHI PRIMAIRY	EQUIPAMENTOS	7
Total das adições		10

11.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Não houve baixas de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2022.

12 Intangível

a. Mapa de movimentação do ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	<u>1.442</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>1.450</u>	<u>8</u>	<u>(49)</u>	<u>1.401</u>	<u>1.398</u>
Servidões	1.389	-	-	-	1.389	-	-	1.389	1.389
Softwares	53	-	-	8	61	8	(49)	12	9
Administração	<u>65</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>66</u>	<u>1</u>	<u>(64)</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
Softwares	65	-	-	1	66	1	(64)	2	2
	<u>1.507</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>1.516</u>	<u>9</u>	<u>(113)</u>	<u>1.403</u>	<u>1.400</u>
Ativo intangível em curso									
Transmissão	<u>5</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
Softwares	5	8	-	(8)	5	-	-	5	5
Administração	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Softwares	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
	<u>5</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
Ativo Intangível	<u>1.512</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.521</u>	<u>9</u>	<u>(113)</u>	<u>1.408</u>	<u>1.405</u>

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	1.450	(49)	1.401	1.398
Administração	10,00%	66	(64)	2	2
		1.516	(113)	1.403	1.400

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Total
Transmissão	
Software	8
Total das adições	8
Administração	
Software	1
Total das adições	1

12.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE P&D DO PROJETO	SOFTWARE	8
Total das adições		8
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS - AHGORA	SOFTWARE	1
Total das adições		1

12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

No exercício de 2022 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra	121	121
Fornecedores relacionados à construção	334	331
Gastos ambientais e fundiários	31	20
Prestadores de serviços	54	56
Outros (i)	141	11
	<u>681</u>	<u>539</u>

(i)Variação refere-se a provisão de gastos com combustíveis, compra de uniformes e equipamentos que serão pagas durante o ano de 2023.

14 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ	319	244
CSLL	230	183
	<u>549</u>	<u>427</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	33	27
COFINS	153	126
INSS	120	105
ISS a pagar	270	280
IRRF retido na fonte	92	92
PIS/ COFINS/CSLL (PCC)	68	64
Outros	51	44
	<u>787</u>	<u>738</u>

15 Taxas regulamentares

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	82	71
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	321	317
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.138	727
	<u>1.541</u>	<u>1.115</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário

e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 119 (cento e dezenove mil reais).

(ii) **TFSEE**

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 233 (duzentos e trinta e três mil reais).

P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

16 Outros passivos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	671	600
Provisão de bônus (i)	1.265	1.000
IRRF funcionários	122	105
Outros	-	-
	<u>2.058</u>	<u>1.705</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos .

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia são partes em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos trabalhistas e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	-	8
Servidões	-	74
	-	82
	-	82

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8	74	82
Adições e reversões, líquidas (ii)	(8)	93	85
Pagamentos (ii)	-	(167)	(167)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	74	74
Adições e reversões, líquidas (i)	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8	74	82

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da atualização monetária nos casos trabalhistas; e as provisões constituídas referem-se a riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização e riscos relativos a ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidões de passagens para instalação de torres de suporte às linhas de transmissão de energia elétrica.
- (ii) O pagamento é referente ao processo 0456366-27.2008.8.13.0470 - C.W.V., trata-se de um processo de servidão oriundo da aquisição da SPTÉ constante na lista de contingências da Plena. Em 19/09/2022 a Companhia efetuou pagamento (de responsabilidade dos sellers) no valor de R\$ 167.109 (cento e sessenta e sete mil, cento e nove reais) referente a execução da sentença que fixou no valor do laudo pericial a indenização devida ao proprietário. As adições ocorreram, basicamente, em razão de alteração de prognóstico de possível para provável do processo 0011088-68.2016.5.03.003 de riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização e riscos relativos a ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidões de passagens para instalação de torres de suporte às linhas de transmissão de energia elétrica.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas e servidões conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista (i)	375	405
Servidões (ii)	26	10

401	415
------------	------------

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados da Companhia e de terceiros nas quais se discute a cobrança de verbas contratuais legais e outras.
- (ii) Servidões: Referem-se a quatro ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 195.300 (cento e noventa e cinco milhões de reais) para R\$ 271.496 (duzentos e setenta e um milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais), um aumento, portanto, de R\$ 76.196 (setenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil reais) destinados a conta de capital social, mediante a emissão de 76.196 (setenta e seis milhões, cento e noventa e seis mil,) novas ações ordinárias, nominativas com valor nominal, de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital, A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	33.161	19.802
Reserva legal (5%)	(1.658)	(990)
Base de cálculo para os dividendos	31.503	188

Dividendo mínimo obrigatório	315	188
------------------------------	------------	------------

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.000 (quinze milhões de reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 15.987 (quinze milhões novecentos e oitenta e sete mil reais). Esse montante bem como o valor de dividendos mínimos obrigatórios de 31 de dezembro de 2021, foram pagos em 26 de maio de 2022 totalizando R\$ 16.176 (dezesesseis milhões, cento e setenta e seis mil reais).

19 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta (i)	56.756	51.529
Receita de rateio de antecipação	(1.145)	(210)
Receita de encargos de transmissão	30.902	27.315
Recuperação de PIS e COFINS	1.906	1.733
Receita Rede de Fronteira	5.293	5.017
Receita de novas obras RBNI	15.615	14.010
Receita de CCT	3.936	3.943
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.884)	(1.774)
Indisponibilidade de equipamentos	(174)	(24)
Descontos Incidentes na TUST	2.307	1.519
Deduções da receita operacional	(4.209)	(3.907)
PIS	(374)	(335)
COFINS	(1.726)	(1.546)
P&D	(525)	(476)
RGR	(1.373)	(1.367)
TFSEE	(211)	(183)
	52.547	47.622

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022.

20 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(5.738)	(5.370)
Material	(796)	(555)
Serviços de terceiros	(916)	(981)
Depreciação e amortização	(9.728)	(9.731)
Outros	(721)	(548)

Gastos diversos	(451)	(323)
	(18.350)	(17.508)

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.582)	(2.999)
Administradores	(159)	(232)
Material	(75)	(92)
Serviços de terceiros	(557)	(460)
Arrendamentos e aluguéis	(201)	(169)
Provisões/reversão (i)	(237)	1.811
Tributos	(7)	(4)
Outros	(222)	(490)
	(4.040)	(2.635)

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão no exercício de 2021 referente a tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(3.725)	(3.489)
Encargos	(1.219)	(1.191)
Previdência privada	(45)	(43)
Outros Benefícios - Corrente	(714)	(581)
Outros	(35)	(66)
	(5.738)	(5.370)
Pessoal - administração	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(1.462)	(1.696)
Encargos	(596)	(666)
Previdência privada	(29)	(52)
Benefícios	(250)	(310)
Outros	(245)	(275)
Administradores	(159)	(232)
	(2.741)	(3.231)
	(8.479)	(8.601)

23 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	2.863	15.063
Receitas de aplicações financeiras (i)	2.678	981
Variações cambiais ativas (ii)	-	13.963
Outras receitas financeiras	185	119
Despesa financeira	(284)	(17.461)
Variações cambiais passivas (ii)	-	(15.299)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (i)	-	(2.867)
Multas e acréscimos moratórios	(10)	(9)
Outras despesas financeiras (iii)	(274)	714
	2.579	(2.398)

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 7.
- (ii) Variação refere-se a variação cambial e juros sobre empréstimo com a SGID que foi quitado em setembro de 2021.
- (iii) Variação refere-se a baixa de provisão no exercício de 2021 referente a tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN.

24 Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas(i)	58.226	51.911
Base de cálculo (8%)	4.658	4.153
Outras receitas	4.100	1.367
Base de cálculo	8.758	5.520
IR devido	(2.166)	(1.356)
Total de IRPJ	(2.166)	(1.356)

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	58.226	51.911
Base de cálculo (12%)	6.987	6.229
Outras receitas	4.100	1.367
Base de cálculo	11.087	7.596
CSLL devida	(997)	(684)

Total de CSLL	(997)	(684)
Total de IRPJ/CSLL corrente	(3.163)	(2.040)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

25 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

25.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>917</u>	<u>529</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	906	529
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	11	-

25.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
	<u>1.031</u>	<u>1.198</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	<u>1.031</u>	<u>1.198</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.031	1.198

25.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>(2.284)</u>	<u>(6.629)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(1.745)	(2.170)
Aluguel (ii)	(189)	(155)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(350)	(101)
Despesa de juros de empréstimo - (nota explicativa 23)	-	(2.867)
Varição cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	-	13.963
Varição cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 23)	-	(15.299)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

25.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	294	364
Benefícios diretos e indiretos	52	77
Encargos	175	204
Provisões (13 salário, férias e bônus)	238	252
Valor total da remuneração	759	897

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 26.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

26.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.262	14.766
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	25	917	529
Concessionárias e permissionárias	8	5.540	5.330
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros	13	681	539
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.031	1.198

26.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	40.262	14.766
Contas a receber partes relacionadas	917	529
Concessionária e Permissionárias	5.540	5.330

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estavam suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos no exercício de 2020, porém em 2021 os empréstimos em dólar foram integralmente quitados. Apesar disso a Companhia faz

acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

27 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	274.261	274.261

Veículos	Carros	101	139
		294.362	294.400

29 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 406 (Quatrocentos e seis mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	406

Cronograma de vencimento	Em R\$
2023	406
	406

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2